



## A Disputa Ideológica por Trás da Formulação das Políticas Industriais e da Industrialização no Brasil<sup>1</sup>

*Illyushin Zaak Saraiva, Marcelo Prado Ferrai Manzano*

**Resumo** - O Brasil é um caso de interesse para o estudo das políticas industriais dadas, entre outras razões as muitas variações vivenciadas na política pública do país ao longo do Século XX, até o presente, sempre com acirrado debate econômico sobre os caminhos a serem tomados pelo Estado rumo ao aumento do dinamismo da economia nacional, existindo de um lado (1) uma defesa pela utilização dos meios internos para propiciar condições a uma indústria nacional que possa substituir os bens industrializados importados por produtos brasileiros, através de políticas econômicas de planejamento e, de outro lado, (2) uma defesa liberal da abertura econômica à indústria estrangeira, em paralelo à acumulação de capital fruto de exportações de commodities tradicionais do Brasil, como forma ideal para dinamizar a economia nacional. Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre as políticas de fomento industrial adotadas nas diferentes etapas do Estado brasileiro ao longo do Século XX e início do Século XXI, sempre permeadas por intensa discussão, tanto no debate público quanto no meio acadêmico, e os indicadores do desempenho industrial alcançado pelo conjunto da produção brasileira. A coleta de dados se refere a dados secundários e a uma revisão sistemática da literatura especializada sobre as temáticas da Industrialização, do Desenvolvimento Regional e, ainda, sobre os Processos de Industrialização Brasileira. Conclui-se pela caracterização da economia nacional como lócus de disputa entre o capital internacional, que busca imprimir ao país o status de exportador de produtos primários, e iniciativas frequentemente interrompidas de desenvolvimento da indústria brasileira.

<sup>1</sup> Este artigo é baseado em capítulos da dissertação do 1º autor junto ao Mestrado em Políticas Públicas da Flacso.

**Palavras-Chave:** Política Industrial; Industrialização Brasileira; Geopolítica Industrial; Economia Dependente; Planejamento Econômico.

## 1. Introdução

Ao longo do Século XX, a economia brasileira percorreu um caminho evolutivo singular entre os países do chamado terceiro mundo, na medida em que, concomitantemente à sedimentação do seu jovem sistema republicano, deixou no primeiro terço do século o status de nação então quase completamente dependente das exportações de café – principal componente da balança comercial brasileira até metade do século – chegando então finalmente, após os vertiginosos processos de substituição de exportações do período Vargas dos anos 1930 e 1945, e a sedimentação da grande indústria automobilística de capital estrangeiro nos anos 1950-1960, ao status de território consideravelmente industrializado nas décadas de 1970 e 1980 – momento em que mais de 30% do PIB brasileiro provinha da indústria em sentido lato, aí incluindo-se as atividades extrativas (e em que a indústria de transformação foi responsável por quase 30% do PIB) quando o país ousou desenvolver, através da Petrobrás, a cadeia completa do petróleo desde a extração até seu refino e o comércio de derivados – para ao final, a partir dos anos 1990 até a segunda década do Século XXI, retroceder novamente ao estado de país quase que inteiramente exportador de commodities, sendo os produtos mais exportados em 2020, soja, minério de ferro e petróleo cru à frente, além de celulose, carnes de boi e frango, farelo de soja e açúcar.

Diante das muitas variações na política industrial vivenciadas no país ao longo do Século XX e até o presente, sempre esteve atuante um acirrado debate econômico sobre os caminhos a serem tomados pelo Estado rumo ao aumento do dinamismo da economia nacional, existindo de um lado uma defesa pela utilização dos meios internos para propiciar condições a uma indústria nacional que pudesse substituir os bens industrializados importados por produtos brasileiros, através de políticas econômicas de planejamento – visão à qual se vinculou, por exemplo, o legado de Celso Furtado – vindo assim finalmente a complexificar-se a economia nacional e, de outro lado, uma defesa liberal da abertura econômica à indústria estrangeira, em paralelo à acumulação de capital fruto de exportações de commodities tradicionais do Brasil como a forma ideal para dinamizar-se a economia nacional.

Talvez por se apresentar menos mascarada do que em países ditos desenvolvidos, a importância do Estado como indutor da industrialização no Brasil se fez evidente já desde o início do processo descrito, sendo exemplar o caso da indústria de aço, estimulada pela nova conformação política

instaurada entre meados da década de 30 até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando, através das novas relações intensificadas com o governo dos Estados Unidos, aquele país buscava o desenvolvimento e crescimento econômico brasileiro como 16 vetor de influência no mercado sul americano, dispondo vultuosos créditos, materiais e equipamentos de elevada tecnologia embarcada para a construção da nova siderúrgica de grande porte em Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro.

Como se viu, mesmo com a vasta disposição de recursos norte-americanos, tal projeto somente se concretiza a partir da iniciativa do Estado brasileiro, através da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, já que tanto a iniciativa privada brasileira quanto a iniciativa privada dos países estrangeiros (especialmente os EUA e o Império Britânico) não se dispuseram a administrar o investimento da nascente indústria siderúrgica brasileira, forçando o executivo nacional a assumir os investimentos, o que se repetiu também nos anos seguintes com a majoritária participação do estado nos processos de industrialização via controle estatal das indústrias de base como a Usiminas, a Vale do Rio Doce e, mais à frente, também a Petrobras, além daquele empurrão inicial materializado na citada CSN.

Assim, um dos principais componentes do legado varguista em termos de política industrial, e que mudou radicalmente a estrutura produtiva e financeira da economia brasileira com a instituição do citado processo de industrialização e da formação de uma forte demanda de empregos urbanos, foi justamente o fortalecimento dos mecanismos de regulação pública dos investimentos, entre eles a constituição de processos mais complexos para o Orçamento Público, tendo em vista o vertiginoso aumento da produção e do PIB brasileiro a partir de 1930, impulsionados principalmente por investimentos públicos, com um Estado que até finais dos anos 1980 ainda participaria majoritariamente de setores produtivos como Ferrovias, Petróleo, Aço, Telefonia, Comunicação, Energia, Mineração, entre outros.

Desta forma, infere-se que os repetidos ‘vaivéns’ políticos vivenciados no Brasil desde o início do Século XX, com governos de orientação trabalhista/nacional-desenvolvimentista sendo alijados do poder por golpes sempre que a desigualdade socioeconômica começa a diminuir, giram todos no fim das contas por alterar também a forma como a política de investimento público é ditada, se em políticas de investimento produtivo e fortalecimento das políticas sociais, como no último governo trabalhista de 2003-2014, que geraram 22 milhões de empregos formais e reduziram a extrema pobreza em mais de 63% no Brasil, se em políticas de arrocho e ‘austeridade’ que terminam por deter o crescimento econômico, concentrar renda e aumentar a riqueza das classes dirigentes, como a partir de 2016.

Este artigo, fruto do Mestrado em Governo e Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, FLACSO, tem como objetivo principal analisar a relação entre as diversas etapas da política brasileira ao longo do Século XX e início do Século XXI, sempre permeadas por intensa discussão tanto no debate público quanto no meio acadêmico, e as diversas políticas públicas de fomento e o desempenho industrial alcançado pelo conjunto da produção industrial brasileira.

## **2. Máquinas Quebradas, Joguemo-Las ao Mar! A Industrialização Brasileira como *Rebeldia Impertinente* aos Olhos do Capital Internacional**

O título desta seção faz referência ao fechamento e à violenta quebra das máquinas da hoje mítica *Fábrica de Pedra*, uma grande indústria de fiação construída pelo empresário nacionalista Delmiro Gouvêia em pleno sertão Alagoano, companhia que logrou dominar com suas linhas *Estrêla* o mercado brasileiro e sul-americano de linhas de costura por uma década, levando em 1929 a sua rival fabricante das linhas *Corrente*, a escocesa *Machine Cotton*, que anteriormente monopolizava o comércio de linhas no continente, a comprar a Fábrica de Pedra e destruí-la, atirando as máquinas destruídas no leito do Rio São Francisco, um episódio que marcou o pensamento anti-imperialista brasileiro ao longo do Século XX, sendo o assassinato do industrial alagoano até hoje imputado por alguns à companhia de fiação britânica (CORREIA, 2019)

Inicia-se esta seção com a referência fática acima apresentada, apontando estarem presentes ao longo de toda a evolução da economia brasileira, desde o período colonial, manifestações de interesses antagônicos que acabaram articulando-se basicamente em duas grandes direções opostas, de um lado as forças de algum modo interessadas em industrializar o país – *sob qualquer modelo industrial* – dando à indústria nacional algum papel no capitalismo global, forças essas representadas não apenas por pioneiros da indústria nacional como o citado Delmiro Gouvêia e outros, ou mesmo empresários a eles conectados como seus fornecedores e distribuidores, mas também representantes nas instâncias políticas e administrativas, e de outro lado as forças que de uma ou outra maneira tinham e têm interesse na desindustrialização ou primarização do território nacional, procurando atribuir à economia brasileira uma dependência da exportação de commodities e dando ao capital nacional o papel de mero operador da produção de bens primários (FAGUNDES, CACIATORI, 2020)

Assim é que para Manzano (2019), o processo de industrialização real iniciado a partir de 1930 somente se materializou com uma conjunção de fatores extraordinários raramente encontrados ao longo da história brasileira até então, destacando-se, sobretudo, a quebra da bolsa de Nova Iorque

que provocou uma ruptura inédita na história do desenvolvimento econômico nacional, naquele momento fortemente dependente das exportações de café, *modelo que se tornaria inviável no cenário de crise global, provocando uma reorientação econômica a partir da crise de hegemonia que levaria à quebra do pacto das elites oligárquicas, com a ascensão final das forças progressistas lideradas por Getúlio Vargas* após o resultado das eleições fraudadas, forças estas derivadas, no âmbito, do Estado, por herdeiros do Tenentismo e, sobretudo, por oligarquias regionais que resolvem romper com o pacto paulista (MANZANO, 2019).

Na prática, pode-se descrever o processo de mudança iniciado em 1930 como a saída do capital agrário-exportador do controle da economia, e sua substituição pela burguesia industrial nascente, que adquire assim o controle do Estado e o comando político na acumulação do capital (CANO, 2017).

Desta maneira, ao analisar os fatores relacionados à industrialização brasileira ao longo do Século XX, seus determinantes políticos e econômicos, no esteio de Manzano (2019), além de suas consequências em termos de geração de emprego e renda, e na elevação das condições de vida das classes populares, julga-se necessário pontuar, a partir de conceitos como periferia, dependência e subdesenvolvimento na formação do capitalismo no Brasil, *caracterizando as principais fases da industrialização nacional e como esses processos culminaram em crises*, este breve texto faz recortes a partir **(1)** das etapas de evolução do Estado Brasileiro a partir do Século XIX; **(2)** das forças presentes na estrutura de classes brasileira na etapa moderna da história do Brasil, ou *à forma com que evolui a luta de classes dentro da economia moderna brasileira*; recortes pormenorizados nos parágrafos a seguir.

E no esteio do 1º recorte proposto, sob uma perspectiva Marxista, entende-se que em qualquer momento da história, a Burguesia, para conquistar e perpetuar seu domínio sobre as demais classes, historicamente usa instrumentos diversos de poder, que podem ser divididos segundo Miglioli (2006) em 4 categorias distintas, (a) o controle e a propriedade dos meios de produção; (b) o aparato político-administrativo do Estado Nacional; (c) as estruturas de coerção social e repressão; e (d) os aparatos de dominação ideológica; destacando-se que as estruturas de coerção e repressão integram o aparato maior do Estado, mas devido à sua importância como instrumento de dominação de classes, têm tratamento especial pela burguesia (MIGLIOLI, 2006).

Nesse sentido, segundo as categorias (a) e (b) descritas por Miglioli (2006) e sua articulação com as classes sociais e as relações de dominação entre elas, sob abrigo do Estado, importa essencialmente interpretar na evolução da economia industrial brasileira as mudanças na propriedade dos meios de produção industrial, que ao longo do Século XX foi ora exercida por grupos nacionais, ora tomada

por grupos estrangeiros a partir, sobretudo, de rupturas políticas e institucionais como os Governos Dutra, Castello Branco e, mais recentemente, Temer, com o beneplácito do Estado Nacional orientado de fora – *Estado entreguista* (BASTOS, 2012).

Sob este prisma, para Bastos (2012), levando-se em consideração agentes políticos e econômicos como os partidos e os grupamentos capitalistas nacionais e internacionais – *dentro da dinâmica própria da disputa política, que quase nunca coincide 100% com a dinâmica da competição econômica, mas que com ela mantém correlação estreita* – o suicídio de Vargas foi uma vitória (como o golpe contra Goulart, e o golpe contra Dilma) do capitalismo internacional contra o projeto nacional desenvolvimentista, a partir de ruptura institucional provocada e estimulada desde fora, visando justamente conquistar o aparato político-administrativo do Estado para favorecer a extinção dos grupos nacionais e sua substituição por estrangeiros.

A explicação para a campanha contra Vargas, e a relação desta campanha com o capital estrangeiro se baseia justamente no legado varguista, que mudou radicalmente a estrutura produtiva e financeira da economia brasileira com a instituição da industrialização, a formação de uma forte demanda de empregos urbanos, e mecanismos de regulação pública, inserindo-se, segundo Bastos (2012), numa perspectiva estratégica de reformismo como alternativa à – *então como hoje* – temida ‘*subversão comunista*’ (BASTOS, 2012).

Na prática, o mítico retorno de Vargas ao Palácio do Catete em 1950 também significou um aprofundamento do processo de industrialização, inclusive com a criação de grandes estatais – *Petrobrás, Eletrobrás* – sob um agravamento da guerra fria e um contexto de intensa pressão dos EUA contra governos progressistas da América Latina, incluindo-se o próprio segundo Governo Vargas (CANO, 2017).

Contudo, uma característica intrínseca do legado varguista termina por contribuir para a sua derrocada, o afastamento da classe média urbana de sua base de apoio – *este, ironicamente, um fenômeno semelhante ao ocorrido com Jango em 1963-64 e com Dilma em 2013-15 quando a chamada ‘nova classe média’ grandemente beneficiada pelas políticas aplicadas, se posiciona em grande medida contra o projeto de desenvolvimento em ação* – fato explorado e aumentado pela ação política dos meios de comunicação, a partir de mitos e de antigos preconceitos de classe que postulavam a diminuição da desigualdade como *demagogia* (BASTOS, 2012).

Desde um ponto de vista meramente econômico, desconsiderando na análise os interesses políticos, é possível levar-se em consideração, na evolução do processo de industrialização brasileiro, o caráter cíclico da produção e do crescimento da economia, especialmente a partir da segunda

metade da década de 1950, com mudanças e instabilidades causadas principalmente pela natureza desequilibrada da estrutura de crescimento industrial, sujeita a câmbios na estratégia e políticas macro. Entre as principais determinantes econômicas para a instabilidade no crescimento sustentável da produção industrial, restava a combinação de industrialização pesada com subdesenvolvimento que gerou instabilidade na produção de bens de consumo, e a Inflação associada ao esgotamento da fase expansiva, sendo a capacidade de importação de insumos dependente da situação econômica (TAVARES; BELLUZZO, 1979).

Para Tavares e Belluzzo a industrialização pesada não pode se sustentar por um período prolongado, enquanto que a indústria de bens de consumo depende fundamentalmente da taxa de crescimento e emprego, que na década analisada por esses autores (1970) sofria grande diminuição a partir das políticas de arrocho e da desvalorização brutal da 2ª metade dos anos 1970. Além disso, constata-se que os bens de capital estão associados ao subsetor de bens/consumo, e a ampliação da produção dos bens de consumo não duráveis em condições de industrialização atrasada impedia o milagre brasileiro (TAVARES; BELLUZZO, 1979).

Acerca do 2º recorte proposto, ou seja, a dinâmica evolutiva das classes sociais, *à forma com que se realiza a luta de classes dentro da economia moderna brasileira* é preciso inicialmente resgatar-se a concepção dinâmica da Luta de Classes de Marx e Engels ao longo da história, que demonstra o permanente atrito entre dominados e dominantes, chegando finalmente à constatação de que o proletariado e a burguesia são o produto de um longo processo de desenvolvimento e de revoluções no modo de produção e circulação, sendo *cada etapa percorrida pela burguesia rumo à dominação econômica acompanhada de um progresso político correspondente*, até confluir o *Estado Representativo Moderno em um mero 'comitê gestor dos negócios da burguesia'* (MARX, ENGELS, 1848).

Assim, o próprio Golpe de 1964 contra o governo de Jango pode ser tomado como um exemplo da maneira conforme o controle sobre o Estado acaba sendo – *mesmo de uma maneira que leve a um desenvolvimento industrial relativo, como o vivenciado durante o regime militar* – a ferramenta de manutenção da dominação da Burguesia, ainda que através da substituição dos grupos dominantes no campo político e no campo econômico, e a demonstração disto fica evidenciada quando as forças conservadoras que apoiavam Jânio Quadros decidem atacar sistematicamente a legitimidade de Jango tanto politicamente, através do ataque sistemático por parte de seus representantes da UDN, com destaque para Carlos Lacerda, e também economicamente, sabotando o plano trienal, de forma que Jango vai perdendo respaldo junto à população graças à corrosão da economia, abrindo espaço para o golpe militar em 1964, que o destitui (MANZANO, 2019).

Isto porque, ao contrário do governo Dutra, por exemplo, que apostou na industrialização e foi obrigado a voltar atrás no meio de seu mandato, o regime militar durante todo o período de 1964 a 1985 promoveu o aumento da industrialização com a chamada modernização conservadora do Estado e da estrutura produtiva – *reformas administrativa, financeira e bancária, fiscal, e das relações de trabalho* – satisfazendo os setores da elite que lhe davam sustentação, porém sem participação popular e democrática, sobretudo promovendo um retrocesso brutal dos indicadores sociais, que nem mesmo a relativa e parcial bonança experimentada durante o pretense ‘*milagre*’ de 1970 a 1974 foi capaz de mitigar (MANZANO, 2019).

Mas o que mais interessa em analisando-se a industrialização e a evolução das classes é que, no final das contas, boa parte da indústria instalada no Brasil durante o elevado crescimento industrial brasileiro durante o regime militar, ao contrário do período Vargas, era de capital estrangeiro, representando assim no plano das relações internacionais e da geopolítica, exatamente como explicitado por Miglioli (2006), a tomada do controle e da propriedade dos meios de produção industrial nacional por grupos econômicos europeus, norte-americanos e japoneses, ou seja, a burguesia internacional, percebendo a impossibilidade de deter o avanço do processo de industrialização brasileira no curto prazo, dado o desenvolvimento da sociedade e das relações político-econômicas no plano nacional, resolve com o Golpe de 1964 seu problema em termos de acumulação ao eliminar a concorrência local representada pela indústria de capital brasileiro (BASTOS, 2012), que pode ser entendido como um processo modernizante que simplesmente levou a uma intensificação da transferência de renda e controle econômico dos setores arcaicos da economia brasileira para o setor moderno (FERNANDES, 1972).

No caso, a região brasileira beneficiada pelo processo de industrialização/ urbanização, à época do texto de Fernandes (1972), principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, *apenas substituiu algumas funções econômicas antes desempenhadas por centros econômicos estrangeiros, no seio do capitalismo central*, tendo o ciclo industrial brasileiro no final das contas apenas se enquadrado no padrão de crescimento de uma economia capitalista dependente (FERNANDES, 1972), o que também pode ser explicado na concepção dinâmica das classes dentro da história, de Marx e Engels, que propõe, a partir do caráter dialético das transformações sociais, que *a ascensão de uma nova classe, em uma determinada época histórica, nada mais representaria do que o estabelecimento de novas formas de opressão dentro de novos modos de produção* em surgimento, em certos contextos sócio-históricos (MARX, ENGELS, 1848).

Pode-se constatar, portanto, que ao longo do Século XX *o papel dos setores econômicos dominantes no Brasil termina por ser controlado “de fora”*, como postulado por Fernandes (1972)

isto é, mesmo havendo formas modernas de produção no Brasil, *o mercado acaba incluindo progressivamente todos os fatores econômicos locais à ordem inerente ao sistema capitalista global*, ou seja, *a ordem econômica brasileira (constituída dentro da ordem global) se acomoda à naturalização de fatores que são excluídos dos mecanismos de mercado capitalista*, e ao invés de contribuir para o surgimento de uma economia capitalista autossuficiente no Brasil, acaba induzindo o crescimento do *setor “moderno” da economia no Brasil* de uma forma que aumenta *a distância entre o setor moderno e o arcaico*, transferindo o excedente econômico do setor arcaico para a esfera urbana da economia (FERNANDES, 1972).

E finalmente, conclui-se esta seção com a constatação de que o elevado processo de desindustrialização vivenciado no Brasil após o Regime Militar, intensificado nos governos Collor, FHC, Temer, e o Proto Fascista, termina por ser mais um capítulo da dinâmica internacional da geopolítica industrial capitalista (ESPOSITO, 2017; HIRATUKA, SARTI, 2017; MAIA, 2020, SOBRAL, 2017), e no final das contas um sintoma do sucesso do capital internacional em finalmente submeter o Brasil ao ‘seu’ papel de exportador de commodities, e em eliminar a concorrência representada pela indústria nacional, que já demonstrou por diversas vezes ser competitiva no cenário global, seja por características sociais relacionadas à formação social do país, como os baixos salários em comparação com a indústria dos países centrais, seja por características relacionadas à geografia brasileira, como as vastas reservas de matérias-primas e insumos energéticos, seja ainda pela elevada capacidade de planejamento, organização e espírito criativo demonstrada em diversas experiências produtivas nacionais, tendo sido esta desindustrialização tentada por diversas vezes pelo capital internacional ao longo do Século XX (BASTOS, 2012).

### **3. Eficiência e Ineficiência do Estado Brasileiro**

Especificamente acerca da Formação do Estado Brasileiro, e dos chamados *elementos fundamentais para a formação de Estados Modernos* (i.e., poder central, forças armadas, moeda, território, burguesia, população etc.) apresenta-se nesta seção uma série de argumentos com os quais – *apesar da prevalência, no conjunto das discussões acerca do Estado Nacional Brasileiro, de argumentos que visam consolidar uma falaciosa inviabilidade do Estado Brasileiro para atender aos objetivos de um projeto nacional de desenvolvimento* –pretende-se aqui demonstrar que o Estado Nacional não só é capaz de cumprir com seus objetivos como, ainda mais importante, *é justamente no processo de formação da Burguesia Nacional que reside a intelectualmente desonesta assunção desta falácia* sobre o ‘Estado Ineficaz’ como verdade factual.

Assim como na primeira seção deste capítulo, faz-se uso da categorização de Miglioli (2006) sobre as quatro categorias de instrumentos historicamente usados pela Burguesia para conquistar e perpetuar seu domínio sobre as demais classes sociais, sendo (a) o controle e a propriedade dos meios de produção; (b) o aparato político e administrativo do Estado Nacional; (c) as estruturas de coerção social e repressão pública; e (d) os aparatos de dominação ideológica (MIGLIOLI, 2006).

Nesse sentido, no caso brasileiro, especificamente, ao analisar as forças presentes na estrutura de formação e dominação de classes brasileira na etapa moderna da história do Brasil, ou *à forma com que se realiza a luta de classes dentro da economia moderna brasileira*, Jessé de Souza (2009) justifica a existência no Brasil do imenso contingente de milhões de pessoas, chamado ironicamente pelo autor de Ralé, (apesar de todas as conquistas econômicas do país ao longo do Século XX), como fruto de perversos mecanismos de convencimento existentes não apenas na sociedade brasileira, mas em todas as sociedades modernas ocidentais ou ocidentalizadas, que legitimam a dominação social, criando a ilusão de que não há dominação social injusta através do chamado *princípio meritocrático* (que diz basicamente que as sociedades modernas dão a cada um de acordo com seu mérito), e é dessa ilusão que tanto a classe média ‘insensível’, quanto as elites ‘do atraso’, conseguem acreditar que *a dominação social moderna é diferente das dominações de sangue que havia no passado* (SOUZA, 2009)

Tal padrão de dominação afeta não apenas a *ralé* totalmente excluída, mas a própria classe média e as classes privilegiadas, já que, segundo o autor, essa ilusão torna desnecessário que uma ‘elite má’ se reúna para tramar maldades contra o povo, ou seja, *é a ilusão de uma sociedade justa existente na mente de todos os integrantes de uma sociedade que na verdade é altamente injusta, que permite à injustiça continuar existindo*, e, finalmente, é essa falácia que mascara a origem da distinção de classes justamente nos privilégios de acesso a capital cultural (da classe média) e capital econômico (das classes altas), e também mascara a origem da miséria das classes despossuídas, na falta de acesso ao capital cultural e econômico (SOUZA, 2009).

Por outro lado Florestan Fernandes (1972) *demonstra que o papel dos setores econômicos dominantes termina por ser controlado ‘de fora’*, como já antecipado na seção anterior, isto é, na medida em que mesmo havendo formas modernas de produção no Brasil, o mercado acaba incluindo progressivamente todos os fatores econômicos locais à ordem inerente ao sistema capitalista global, ou seja, a ordem econômica brasileira (constituída dentro da ordem global) se acomoda à naturalização de fatores que são excluídos dos mecanismos de mercado capitalista, e ao invés de contribuir para o surgimento de uma economia capitalista autossuficiente no Brasil, *acaba induzindo o crescimento do setor moderno da economia no Brasil de uma forma que aumenta a*

*distância entre o setor moderno e o arcaico*, transferindo o excedente econômico do setor arcaico para a esfera urbana da economia, e por conseguinte, levando à separação entre ‘possuidores de bens’ e ‘não possuidores de bens’ (FERNANDES, 1972).

Estes últimos, os ‘não possuidores de bens’ são divididos em duas categorias, os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico – *que persistem em maior escala no campo, e com menor intensidade nas periferias das grandes cidades* – e os que se assalariam de uma ou de outra maneira, proletarizados ou em vias de proletarização, sendo que a primeira categoria se insere classicamente na categoria de exército industrial de reserva, de grande utilidade na expansão do sistema capitalista, já que sua existência sempre terminar por permitir o rebaixamento dos salários dos que pertencem à segunda categoria, ou seja, a existência de grandes números de desempregados permite aos setores dominantes elevar ao extremo a exploração de mais-valia dos que estão empregados (FERNANDES, 1972).

Assim, as leituras de Jessé de Souza (2009) e Florestan Fernandes (1972) sobre os mecanismos da dinâmica interna da sociedade de classes brasileira, caminham de acordo com a já citada concepção estrutural das classes sociais proposta por Marx e Engels, entendendo-as assim – *estruturalmente* – como diferentes grupamentos dentro da sociedade, entre os quais *sempre houve atritos e sempre houve opressão por parte dos grupos dominantes sobre os grupos dominados*, e ainda, sendo tais grupos dominantes e dominados diferenciados entre si principalmente pelo lugar que ocupam no sistema da produção social – *que é determinado historicamente* – tanto pelas suas relações com os meios de produção – *isto é, sendo ou não proprietárias dos meios* – quanto pelo papel que desempenham na organização social do trabalho – *isto é, vendendo ou não a sua força de trabalho* – e, por consequência, na forma como cada classe obtém seu quinhão da riqueza social (MARX, ENGELS, 1848).

É, portanto, como manifestação do Aparato de Dominação Ideológica, visando manter o *status quo* (MIGLIOLI, 2006), que a administração pública brasileira passa a ser tradicionalmente reputada como ‘antro’ de *burocracia excessiva e ineficiente dentro de um estado inchado e inoperante*, e um ótimo exemplo do caráter excessivo da crítica à administração pública no Brasil foi o lançamento, em 1985, do filme "Brazil" do diretor Terry Gilliam, uma ficção científica que mostrava um país horrível, cheio de uma terrível burocracia, dominado por uma sociedade estranha, em que uma elite completamente fútil se locupleta de frivolidades, realizando cirurgias plásticas de maneira excessiva e promovendo festas de alto luxo às quais a maioria da população pobre e excluída não podia aparecer. No filme, os sistemas de segurança pública promovem perseguição ferrenha contra pessoas que discordam do sistema, sendo comuns ameaças de atentados (GILLIAM, 1985).

A partir da disputa político-ideológica entre as ‘perversas’ elites locais (SOUZA, 2009) e o pensamento intelectualmente honesto sobre o projeto nacional, as *três grandes falácias* sobre a suposta ineficiência do Estado Brasileiro, oriundas de proposições *pseudo-liberais*, que se consolidam nas discussões sobre projetos de nação, sendo a 1ª falácia (a) a ideia de que o Estado Brasileiro apresentaria um *gigantismo* com elevado e desnecessário número de servidores e elevado ‘custo’ de manutenção, a 2ª falácia (b) a proposição de que a atuação do Estado Brasileiro seria historicamente *avessa ou contrária à iniciativa privada*, dificultando a atuação das empresas e investimentos privados, e dificultando seus resultados; e a 3ª falácia, (c) a hipótese de que o Estado Brasileiro seria *ineficiente, lento e pesado*, constituindo-se no final das contas num empecilho à modernização e ao desenvolvimento econômico e social, incapaz de satisfazer os interesses da sociedade (SANTOS, 1993; CARDOSO JR., KLIASS, 2016).

Cardoso Jr. e Kliass (2016) apresentam argumentos claros e informados em dados reais, *dentro do contexto de debates sobre o congelamento dos gastos públicos no imediato pós-golpe em 2016*, que demolem a falácia do suposto gigantismo do Estado Brasileiro ao demonstrar – *principalmente através de dois indicadores econômicos, percentual da força de trabalho ocupada no serviço público e percentual de investimento público em relação ao PIB* – que numa perspectiva internacional o Brasil está muito atrás em relação a países reputados como modelos *desenvolvidos* do liberalismo.

Por seu turno, Santos (1993) destrói o referido mito do gigantismo do Estado apresentando dados relativos aos *mesmos dois indicadores*, que tanto em 1993 quanto em 2016 mostram que o Brasil estava longe de ter um elevado percentual de servidores públicos, e longe de realizar um elevado índice de investimento público.

Cardoso Jr. e Kliass (2016) também demonstram a falácia presente nos argumentos, sempre em voga na cantilena liberal brasileira, que afirmam ser o Estado Brasileiro ineficiente, mostrando uma série de indicadores a mostrar a gritante diferença entre o estado do desenvolvimento da economia brasileira entre 2002 e 2013, como (a) *número de passageiros em vôos nacionais*, (b) *frota de veículos*, (c) *movimentação de cargas em portos e terminais*, (d) *percentual de domicílios com acesso à internet*, (e) *número de escolas públicas com acesso a banda larga*, entre outros, que mais que *dobraram* entre os anos citados.

Ao batizar o Estado Brasileiro de ‘*Anão Preconceituoso*’, Santos (1993) demonstra que a *carência por Estado* é que era até 1993 o grande problema relativo ao Estado Brasileiro, apresentando dados cabais a provar a falta de solubilidade representada pela Administração Pública para os problemas imediatos da população, como o fato de que em 1988 nada menos que 60% das pessoas vítimas de

roubo não procuraram as autoridades policiais por considerarem tal procedimento pura ‘perda de tempo’, ou o fato de que naquele mesmo ano apenas 6,6% dos brasileiros procuraram algum político para resolver algum problema – *contrariando o mito liberal de que o Brasil seria um ‘paraíso clientelista’ com elevado percentual de relações fisiológicas entre os cidadãos e os políticos.*

Desta forma, tanto Santos (1993), quanto Cardoso Jr. e Kliass (2016), demonstram na prática, embora com 23 anos de diferença (1) a permanência do pequeno tamanho do Estado Brasileiro se comparado ao da maioria dos países desenvolvidos, além de sua eficiência e das vantagens que o Estado oferece às empresas no Brasil e, sobretudo, (2) a permanência da falácia repetitiva e monótona presente na ‘cantilena indigesta’ da *direita liberalóide* brasileira acerca do suposto gigantismo e ineficiência do Estado nacional.

Ainda, acerca do alcance da ação do Estado sobre a melhoria das condições de vida dos brasileiros, característica citada por Santos (1993), destaca-se que a Economia Brasileira provavelmente passou, entre 2010 e 2014, pelo seu momento ‘*de ouro*’ no contexto dos últimos séculos, em termos de *acesso a direitos básicos* por parte da população, tendo o desemprego batido recordes mínimos sucessivos chegando a 4% em 2014, e o programa Fome Zero chegando ao seu apogeu com dezenas de milhões de famílias brasileiras tiradas da miséria profunda, além da criação de 18 novas Universidades com dezenas de campi e, principalmente, a criação dos Institutos Federais que no fim do 1º mandato de Dilma Rousseff chegariam a quase 600 campi (MEC, 2015).

Finalmente, a prática da administração pública brasileira não cessa de demonstrar, através de resultados os mais diversos, o tamanho do componente falacioso destas afirmativas, dentre os quais pode-se citar como um mero exemplo o da *grande produtividade do país em produção científica*, tendo o Brasil passado de 1,5% para 3,0% do total internacional de artigos publicados em revistas indexadas entre 2001 e 2010, ocupando então o 13º lugar mundial (DE NEGRI, 2017), sendo 95% *da produção científica brasileira originada nas Universidades Públicas* (CROSS; THOMSOM; SINCLAIR, 2018), ou ainda exemplos do Estado como empreendedor, no qual o Brasil detém algumas das empresas públicas mais lucrativas da história moderna, como *Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, etc.* que em 2018 tiveram o maior lucro de toda sua história, mais de R\$ 77 bilhões (GLOBO, 2019).

#### **4. Orçamento Público Brasileiro: espaço de disputa de projetos antagônicos**

Formalmente um instrumento através do qual o Estado administra suas despesas e as dívidas de todos os poderes e instâncias, o Orçamento Público sempre esteve no Brasil envolto por tecnicidades de difícil compreensão e acesso limitado para o grande público, e mesmo no início do Século XXI com a disponibilização de diversos guias, cartilhas, *websites* interativos e portais da transparência que supostamente facilitariam o seu acesso pela população, o conteúdo obscuro de seus itens fundamentais garante que apenas um percentual diminuto e selecionado de cidadãos participe de fato das discussões em torno de sua formulação e, posteriormente, de sua execução, o que pode ser explicado por ser ele, o orçamento, um instrumento historicamente determinado, evoluindo seu papel assim como evolui o Estado e a visão da sociedade (ARANTES, 2019).

Desta forma, para Bastos (2012) um dos principais componentes do legado varguista, que mudou radicalmente a estrutura produtiva e financeira da economia brasileira com a instituição da industrialização, e da formação de uma forte demanda de empregos urbanos, foi justamente o fortalecimento dos mecanismos de regulação pública, entre eles a constituição de processos mais complexos para o Orçamento Público, tendo em vista o vertiginoso aumento da produção e do PIB brasileiro a partir de 1930, impulsionado principalmente por investimentos públicos, com um Estado que até os anos 1980 ainda participaria majoritariamente de setores como Ferrovias, Petróleo, Aço, Mineração, entre outros (BASTOS, 2012).

Torna-se assim relativamente claro entender ser o próprio Orçamento Público um objeto de disputa entre as elites políticas e econômicas e os outros setores sociais, na medida em que a maior parte do gasto público na economia surge exatamente no século XX, quando o Estado cresce em soberania e dimensão, e com ele cresce o tamanho dos gastos, sendo assim possível afetar, por meio das escolhas adotadas no processo orçamentário, a própria formação e distribuição de riqueza e renda na sociedade (ARANTES, 2019).

Pode-se inferir assim que os repetidos ‘vaivéns’ políticos vivenciados no Brasil desde o início do Século XX, com governos de orientação trabalhista/ desenvolvimentista sendo alijados do poder por golpes sempre que a desigualdade socioeconômica começa a diminuir, giram todos no fim das contas por *alterar também a forma com o dinheiro público é gasto*, se em políticas de investimento social como no último governo trabalhista de 2003-2014, que reduziram a extrema pobreza em mais de 63% no Brasil, se em políticas de arrocho e ‘austeridade’ que terminam por concentrar renda e aumentar a riqueza das classes dirigentes, como a partir de 2016.

Segundo Arantes e Lopreato (2017), uma análise histórica e filosoficamente informada acerca da evolução da política fiscal entre os finais dos anos 1990 e o segundo governo trabalhista do Presidente Lula (2006-2010), tende a mostrar, entre outras importantes constatações, que ao iniciar-

se em janeiro de 2003, o governo trabalhista encontrou um cenário de desemprego elevado e instabilidade interna com as turbulências pré-eleitorais, além da vulnerabilidade externa da economia brasileira oriunda da reversão do ciclo de liquidez internacional a partir de 2001, e foi nesse momento que então Ministro da Fazenda, Palocci, é incumbido de manter a política fiscal do segundo mandato FHC, aprofundando a política de geração de superavit primários e criando um plano de ajuste fiscal de longo prazo para zerar o déficit nominal e incentivar assim o crescimento.

Para esses autores, o que tem-se nos 3 primeiros anos do primeiro governo do Presidente Lula é uma visão de continuidade neoliberal na política fiscal já adotada por FHC, que apesar de ter cumprido seu objetivo fundamental, não provocou o aumento de emprego e renda prometidos pelo Candidato Lula em sua campanha, o que só ocorreria a partir 2006, quando a política fiscal sofre substantivas alterações que trazem um Estado impulsionador do desenvolvimento social e do crescimento econômico, com aumento elevado do mercado interno via aumento do emprego, renda e investimentos em áreas chave da economia (ARANTES; LOPREATO, 2017).

Uma análise efetuada entre o final dos anos 1980, período de arrocho, inflação galopante e desemprego, e o cenário pós-golpe de 2016, mostraria claramente *três fases no que diz respeito à orçamentação no Brasil, ao menos no que diz respeito aos percentuais de investimento em serviços públicos essenciais e garantia dos direitos básicos como educação, saúde e emprego*, o que é efetuado por Fagnani (2017), demonstrando que, em termos de seus resultados socioeconômicos, o orçamento para as políticas sociais precisa ser necessariamente dividido em três períodos deste a Constituição de 1988, ou seja, o período 1990-2002, com variação positiva da desigualdade praticamente nula, em que o autor demonstra que “[...] entre 1981 e 2003, a renda per capita manteve-se estagnada, e a situação do trabalho piorou” (FAGNANI, 2017, p. 6); o período 2003-2014, com uma redução drástica do índice Gini e sobretudo ampliação em até 250% da renda dos decis mais baixos (especialmente o 7º, o 8º e o 10º decis), quando nos dizeres do autor “[...] houve ‘uma ruptura’ com o padrão anterior. Pela primeira vez, a redução das desigualdades no interior da distribuição pessoal da renda do trabalho acompanhou a elevação da renda per capita” (FAGNANI, 2017, p. 6-7), e finalmente o período pós-golpe parlamentar de 2016, com piora radical nos indicadores sociais, incluindo o índice Gini que não parou de aumentar desde então, quando o autor afirma que “[...] desde a destituição espúria do governo legitimamente eleito pelo voto popular [que] caminham na direção oposta de um projeto de desenvolvimento. Assistimos à destruição de todos os mecanismos necessários para a consecução desse objetivo” (FAGNANI, 2017, p. 4).

Assim, tem-se como exemplo justamente a discussão em torno do Orçamento Social neste início de Século XXI, conforme se pretende esclarecer mais detalhadamente a seguir, tomando-se aqui como recorte de análise a discussão pública em torno do investimento em direitos sociais que ocorre no Brasil mais intensivamente desde o final da década de 1990, com foco nos direitos trabalhistas e previdenciários.

Muito embora o Governo trabalhista do Presidente Lula (2003-2010) tenha sido capaz de gerar 11 milhões de empregos sem diminuir os salários nem os encargos trabalhistas, a partir do fim do curtíssimo segundo mandato Dilma Rousseff, via golpe parlamentar, os meios de comunicação investiram pesadamente na campanha em torno da *necessidade da ‘reforma trabalhista’ como única forma de gerar empregos no Brasil* durante o governo [do golpista] Michel Temer, demonstrando Dweck, Oliveira e Rossi (2018), que a política de austeridade econômica que se instalou a partir do governo de Michel Temer terminava por se sustentar em “*argumentos frágeis e estudos controversos que, em sua maioria, propagam uma alegada sabedoria convencional não amparada em evidências [...]*” mas que, apesar do exemplo claro dos governos trabalhistas de que orçamento social traz retorno econômico, ainda assim para as autoras, “[...] *o debate público no Brasil encontra-se contaminado pelo discurso das supostas virtudes da austeridade*” (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 6).

Nesse sentido, as políticas de desmonte pós 2016 – *especialmente a ‘reforma trabalhista’ que, na prática, não gerou um emprego sequer, mas retirou R\$ bilhões da renda dos trabalhadores, e a ‘reforma da previdência’ que inviabilizou o direito à aposentadoria de milhões de brasileiros* – são não apenas injustificáveis, como de tão injustificáveis, tornaram necessário criar e massificar-se industrialmente falácias sem qualquer fundamento via televisão, whatsapp e outros meios de desinformação habilmente usados pelos setores dominantes, o que é analisado especialmente pelo já citado Fagnani (2017) tratando diretamente da questão relacionada ao falseamento da realidade por parte dos meios de comunicação de massa empresariais brasileiros, tendo papel de ‘orientadores’ de uma imensa campanha de desinformação para desconstruir as conquistas do governo trabalhista, chegando a afirmar que o “[...] *domínio da ‘pós-verdade’ nas redações das corporações jornalísticas encoberta o fato rudimentar que existem diferentes metodologias consagradas de mensuração da desigualdade de renda e de riqueza.*” (FAGNANI, 2017, p. 6).

Desta forma, espera-se ter demonstrado nesta seção elementos a reforçar a primazia do Orçamento Público como espaço de disputa onde os diversos atores sociais, políticos e econômicos se enfrentam com a finalidade de influir no direcionamento dos vastos recursos públicos brasileiros,

que como se viu, afetam, por meio das escolhas adotadas no processo orçamentário, a própria formação e distribuição de riqueza e renda na sociedade.

## 5. Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo principal analisar a relação entre as diversas etapas da política brasileira ao longo do Século XX e início do Século XXI, sempre permeadas por intensa discussão tanto no debate público quanto no meio acadêmico, e as diversas políticas públicas de fomento e desempenho industrial alcançado pelo conjunto da produção industrial brasileira.

Como se viu na Seção 2, constatou-se que o elevado processo de desindustrialização vivenciado em alguns momentos no Brasil, como após o Regime Militar, ou durante nos governos Collor, FHC, Temer, e governo 2019-2022, termina por ser mais um capítulo da dinâmica internacional da geopolítica industrial capitalista é, no final das contas um sintoma do sucesso do capital internacional em finalmente submeter o Brasil ao ‘seu’ papel de exportador de commodities, e em eliminar a concorrência representada pela indústria nacional, que já demonstrou por diversas vezes ser competitiva no cenário global, seja por características sociais relacionadas à formação social do país, como os baixos salários em comparação com a indústria dos países centrais, seja por características relacionadas à geografia brasileira, como as vastas reservas de matérias-primas e insumos energéticos, seja ainda pela elevada capacidade de planejamento, organização e espírito criativo demonstrada em diversas experiências produtivas nacionais, tendo sido esta desindustrialização tentada por diversas vezes pelo capital internacional ao longo do Século XX.

Já na Seção 3, demonstrou-se que a prática da administração pública brasileira não cessa de demonstrar, através de resultados os mais diversos, o tamanho do componente falacioso das afirmativas que propagam um suposto inchaço e ineficiência do Estado Brasileiro, dentre os quais pode-se citar como um mero exemplo o da *grande produtividade do país em resultados científicos*, tendo o Brasil passado de 1,5% para 3,0% do total internacional de artigos publicados em revistas indexadas entre 2001 e 2010, ocupando então o 13º lugar mundial, sendo *95% da produção científica brasileira originada nas Universidades Públicas*, ou ainda exemplos do Estado como empreendedor, no qual o Brasil detém algumas das empresas públicas mais lucrativas da história moderna, como *Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, etc.* que em 2018 tiveram o maior lucro de toda sua história, mais de R\$ 77

Finalmente, na Seção 4, demonstrou-se a primazia do Orçamento Público como espaço de disputa onde os diversos atores sociais, políticos e econômicos se enfrentam com a finalidade de influir no

direcionamento dos vastos recursos públicos brasileiros, que como se viu, afetam, por meio das escolhas adotadas no processo orçamentário, a própria formação e distribuição de riqueza e renda na sociedade.

## Referências

- ARANTES, F. **Orçamento Público**, Aula 1. Flacso Brasil. 15 ago. 2019. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1ru3INfruuA>>. Acesso em 22 abr. 2021.
- ARANTES, F.; LOPREATO, F. L. C. O Novo Consenso em Macroeconomia no Brasil: A Política Fiscal do Plano Real ao Segundo Governo Lula. In: **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 3, e172131, 2017. <<https://doi.org/10.1590/198055272131>>.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (orgs.) **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora da Unesp. 2012.
- CANO, W. Brasil: Construção e Desconstrução do Desenvolvimento. In: **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 265-302, 2017. <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>>.
- CARDOSO JR., J. C.; KLIASS, P. A PEC 241 e as Três Teses Liberais Equivocadas sobre o Estado Brasileiro. In: **Carta Maior**, 09 set. 2016.
- CORREIA, T. B. Delmiro Gouveia: A Trajetória de um Industrial no Início do Século XX. In: **Pioneiros & Empreendedores**. Escola de Engenharia de São Carlos, USP. 2019. Disponível: <[http://www.usp.br/pioneiros/n/arqs/tCorreia\\_dGouveia.doc](http://www.usp.br/pioneiros/n/arqs/tCorreia_dGouveia.doc)>. Acesso 02 fev 2021.
- CROSS, D.; THOMSON, S.; SINCLAIR, A. **Research in Brazil**: a report for CAPES by Clarivate Analytics. Clarivate Analytics, 2018.
- DE NEGRI, F. Por uma nova geração de políticas de inovação no Brasil. In: TURCHI, L. M.; MORAIS, J. M. (org.). **Políticas de apoio à inovação Tecnológica no Brasil**: avanços recentes, limitações e propostas de ações. Brasília: IPEA, 2017. p. 25-46 .
- DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M.; ROSSI, P. **Austeridade e Retrocesso**: Impactos Sociais da Política Fiscal no Brasil. 1 ed. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, v. 1, 2018. ISBN: 879-85-9565-040-4.
- ESPOSITO, M. Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 46, 2017. ISSN: 2595-6892.
- FAGNANI, E. Projeto de País, Desigualdade e Poder da Desinformação. In: FPA - Fundação Perseu Abramo. **A Grande Sociedade**: Qual é o projeto de desenvolvimento para o futuro do Brasil? São Paulo: FPA. 2017, pp: 4-20.

FAGUNDES, L. M., & CACIATORI, E. G. A Dependência Econômica Brasileira: Entre o Caso das Commodities, a Financeirização do Capitalismo, a Desindustrialização e a Reprimarização da Economia. In: **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v.20, n. 38, 2020, pp: 207-229. <<https://doi.org/10.31512/rdj.v20i38.166>>.

FERNANDES, F. A Sociedade de Classes sob o Capitalismo Dependente. In: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, 2. ed. rev. ampl. pp: 48-69.

GILLIAM, T. **Brasil, o Filme**. 1985. Twentieth Century Fox. out. 1985. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ONhWpMkAfw>>. Acesso em 12 jul 2020.

GLOBO. **Lucro das maiores empresas estatais é o mais alto já registrado**. In: G1. 28 mar 2019. Disponível: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/28/lucro-das-maiorempresas-estatais-e-o-mais-alto-ja-registrado.ghtml>> Acesso em 03 maio 2019.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. In: **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1, p. 189-207, 2017. <<https://doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>>.

MAIA, B. A. A. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. In: **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 549-579, 2020 . <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art08>>.

MANZANO, M. Aula 1: Estado Brasileiro e Desenvolvimento Capitalista. **Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas**. Flacso. Video, 20 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dpEzoRY4qkg>>. Acesso em 02 fev 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: **Estudos Avançados**. v. 12, n. 34, pp: 7-46. (1998[1948]). <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000300002>>.

MEC – Ministério da Educação. **A Democratização e Expansão da Educação Superior no País 2003-2014**. Abr. 2015. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MIGLIOLI, J. Dominação burguesa nas sociedades modernas. In: **Crítica marxista**, v. 22, pp: 13-31. 2006.

SANTOS, W.G. Mitologias Institucionais Brasileiras: do Leviatã paralítico ao Estado de natureza. In: **Estudos Avançados**, n 7, v. 17, pp: 101-116. 1993.

SOBRAL, B. L. B. A Evidência da Estrutura Produtiva Oca: o Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. In: NETO, Aristides Monteiro; CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antonio (orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SOUZA, J. A Má-Fé da Sociedade e a Naturalização da Ralé. In: **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. pp: 403-431.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M. Notas Sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 19, n. 1, 1979. ISSN 0034-7590.

*Autores:*

*Illyushin Zaak Saraiva*

Doutor em Psicologia Social pela U.K. (2023). Professor do Instituto Federal Catarinense, Campus Luzerna. E-mail: [illyushin.saraiva@ifc.edu.br](mailto:illyushin.saraiva@ifc.edu.br); CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2461926498376384>; OrcId: <https://orcid.org/0000-0001-8818-8084>.

*Marcelo Prado Ferrai Manzano*

Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Unicamp (2017). Professor do Instituto de Política e Histórica Econômica da Unicamp. E-mail: [manzano1968@gmail.com](mailto:manzano1968@gmail.com); CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7950610452121793>; OrcId: <https://orcid.org/0000-0002-1161-9744>.